

Dois Panfletos e um Ensaio do Segundo Reinado

HELIO VIANNA

56/04/29

Carino Paulistano

SOB o título *Três Panfletarios do Segundo Reinado* reuniu recentemente o sr. R. Magalhães Junior, um dos mais ativos publicistas brasileiros da atualidade, estudos sobre Francisco de Sales Tórres Homem (Visconde de Inhomirim) e *O Libelo do Povo*; Justiniano José da Rocha e *Ação; Reação; Transação*; Antonio Ferreira Vianna e *A Conferencia dos Divinos*.

Não se trata, como vemos, de completa biobibliografias dos citados vultos do reinado de D. Pedro II, mas apenas de introduções explicativas dos três referidos opusculos, integralmente reproduzidos no novo volume da coleção *Brasiliana*. Parece-nos, entretanto, que embora *O Libelo* e *A Conferencia* realmente mereçam a classificação de panfletos, no sentido comum da palavra, o mesmo não acontece com *Ação; Reação; Transação* — um dos mais notáveis ensaios de historia politica que pode apresentar a bibliografia brasileira. Da mesma forma, nem Tórres Homem nem Ferreira Vianna foram panfletarios habituais, reincentes, mas só ocasionalmente o foram, nos dois folhetos citados, cuja importancia, embora até certo ponto inegavel, ao nosso ver exagera o sr. Magalhães Jr., principalmente quanto ao segundo.

Sobre Tórres Homem, conviria notar que antes da saída do *Libelo*, que é de 1849, publicou e depois Visconde de Inhomirim um opusculo em resposta a outro panfleto muito discutido, de 1847 — *A dissolução do Gabinete de 5 de Maio — ou A Facção Áulica*, de Firmino Rodrigues Silva. Intitula-se *A opposição e a Coroa* este trabalho do mesmo ano em que o depois libelista, então ministerialista, ardorosamente defendia os liberais das acusações do futuro colega conservador no Senado. Nêle, depois de calorosos elogios a D. Pedro II, afirmou que um tal principe nunca "poderia ser a manivela das facções da Corte" (p. VIII). Pouco depois, já estando gastos no poder seus então correligionarios e chefes, tendo procedido o Imperador à necessaria reversão politica, com a subida dos conservadores e consequente dissolução da Camara em que deveria figurar — passou êle de anti-panfletario a panfletario, de defensor a acusador, no rumoroso *Libelo*. A desarrazoada veemencia de suas acusações, que alcançavam os proprios antepassados portugueses de D. Pedro II e os parentes italianos da Imperatriz D. Teresa Cristina — que nada tinham a ver com o Brasil — foi depois conhecida e renegada pelo proprio autor, que partidario da conciliação dos partidos

desde 1853, três anos depois claramente repudiava o panfleto, nas paginas de *Questões sobre Impostos*, em resposta a Angelo da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana):

"Os desvios da imprensa, a que alude, tinham origem nas circunstancias de uma quadra anormal, em que a alucinação estava em toda parte, e a intemperança da palavra coincidia com os desregramentos da força. Graças à politica magnanima do mais justo dos monarcas, de semelhante epoca apenas remanescem recordações para serem de quando em quando exploradas por alguns eruditos mais realistas que os reis, mais principes que os principes a quem êles se propõem dar lições de dignidade implacável. *Omnia pro dominatione serviliter*, diz Tacito!...

Outras provas do arrependimento de Tórres Homem pela publicação do injusto e errado *Libelo* apresentou o Visconde de Taunay em suas *Reminiscências* e repetiu o sr. Magalhães Jr. Conviria acrescentar-se, porem, a opinião do grande historiador Capistrano de Abreu, que assim se referiu ao episodio, nas magistrais paginas de suas "*Fases do Segundo Imperio*" (in *Ensaio e Estudos*, 3.a, série):

"A queda dos liberais em 1848, inspirou o "*Libelo do Povo*, de Timandro, violenta diatribe, superficial, lampejante a trechos, não livre de plágios escusados. A dinastia de Bragança é aí com ferocidade zurzida. Coteja-se a simplicidade da Regência com o fausto palaciano, com as graças concedidas a cortesãos, com a calma que anulava o poder legislativo, o arbitro que escolhia os organizadores de ministerio, o capricio que impunha a inclusão de certos nomes, até que finalmente se esgotava a longa lista de ministros impossiveis e o governo pessoal compunha um amalgama de entidades heterogeneas.

"O panfleto de Timandro, pseudônimo do brilhante orador Sales Tórres Homem, Visconde de Inhomirim, não possui valor proprio para ser citado e só aparece aqui como o primeiro de uma serie de fatos ocorridos com D. Pedro II. Contou-se que Timandro, julgando inacessíveis as altas posições para que o indi-

cavam sua inteligencia superior e sua rara cultura se defrontasse a hostilidade imperial, ajoelhou-se e pediu perdão ao ofendido. A rigor o gesto é possível, que se tenha dado parece duvidoso; o Imperador nunca exigiu tais baixezas.

"Enquanto reinou, os insultadores encontraram nêle uma equanimidade imperturbavel. Por magnanimo? como o proclamou Timandro convertido? Por corruptor? como espumaram os republicanos a proposito de Lafayette e outros consolados e consulados? Talvez por motivo mais simples: por não ser tido em conta de despeitado".

Quanto à repercussão e imediato combate ao *Libelo do Povo*, além dos tres pasquins mencionados pelo sr. Magalhães Jr., podemos citar mais os seguintes, todos de 1849: *O Sino da Lampadosa*, *O Gaucho na Corte*, *O Moleque*, *A California* e *Torre da Candelaria*.

Transferindo-se para o Partido Conservador, sendo ministro da Fazenda em 1858 e 1870, senador duas vezes nomeado, Visconde de Inhomirim em 1782, Francisco de Sales Torres Homem cabalmente demonstra com os excessos da liberdade de opinião e de imprensa, registrados no Segundo Reinado, não prejudicavam a carreira politica dos vultos realmente de valor, como era o seu caso, graças à superior isenção de animo do chefe de Estado, D. Pedro II.

Quanto a Justiniano José da Rocha e *Ação; Reação; Transação*, só nos cabe confirmar aqui nossa antiga opinião de ter sido êle o maior de nossos jornalistas politicos, embora não tenha sido o que mais influiu na politica do tempo, posição que compete a Evaristo da Veiga. Maior, no sentido de ter sido o que melhor escrevia, como prova aquele memoravel ensaio de historia politica aparecido em 1855, cujo mérito excepcional foi Joaquim Nabuco o primeiro a proclamar, nas paginas de *Um Estadista do Imperio*.

Além dêle, outros escreveu, relativo a questões externas,

como *Inglaterra e Brasil*, de 1845, referente à questão do trafico de africanos, e *A politica brasileira na Republica Oriental do Uruguai*, de 1854. Como Tórres Homem, tambem deu resposta a outro panfleto, êste muito mediocre. Os *Cortesãos* e a *Viagem do Imperador*, de José Joaquim Landulfo da Rocha Medrado. Fê-lo no folheto intitulado *Monarquia — Democracia*, de 1860. Seus trabalhos de divulgação científica e traduções literarias, além da historia de seus varios jornais e atividades de professor e parlamentar, ao lado de varias circunstancias especiais de sua atribulada existencia estão a provocar o aparecimento de minucioso e compreensivo biografo.

Algumas caricaturas contra Justiniano, das primeiras aparecidas no Brasil, mencionadas pelo sr. Magalhães Junior como "anonimas", já foram identificadas e estudadas pelo sr. José Antonio Soares de Souza, em trabalhos nos ultimos anos publicados na *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*.

Muito menor repercussão que *O Libelo do Povo* e *Ação; Reação; Transação* teve *A Conferencia dos Divinos*, fantasia politica destituída de qualquer mérito, de Antonio Ferreira Vianna, embora procedente de autor muito inteligente e futuro ministro conservador, como Tórres Homem. Como oposicionista quase permanente, a exemplo do liberal Martinho Campos, que, mesmo com o seu partido no poder sentia-se mal entre a maioria governista, Ferreira Vianna era um desses ferrenhos anti-intervencionistas, sempre desconfiados da ação do Estado, de seus órgãos e chefes, a que ferinamente atingia, em alusões das mais contundentes.

Em 1867, quando escreveu *A Conferencia dos Divinos*, como politico conservador estava êle em opposição aos liberais e, atendendo-se à vigencia da Guerra do Paraguai, certamente não era de se esperar a brusca mudança politica, que ocorreu no ano seguinte. Daí, provavelmente, o aspecto pessoal do ataque ao Imperador, naquele panfleto.

Depois da Questão Religiosa, em que foi espontaneo defensor do Bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa, agravou-se, naturalmente, sua antipatia por D. Pedro II. Chamado ao ministerio na terceira regencia da princesa D. Isabel, em 1888, somente depois da proclamação da Republica passou a fazer justiça ao Imperador, tornando-se monarquista sob o novo regime, a que sem escandalo e com proveito proprio poderia ter aderido,